

TERRITORIALIDADES DO TRABALHO E COOPERATIVAS DE CATADORES DE RECICLÁVEIS EM TUPÃ-SP: CONQUISTAS E DESAFIOS¹

TERRITORIALIDADES DE TRABAJO Y COOPERATIVAS DE CAPTADORES DE RECICLABLES EN TUPÃ-SP: LOGROS Y DESAFÍOS

TERRITORIALITIES OF WORK AND COOPERATIVES OF RECYCLABLE CATCHERS IN TUPÃ-SP: ACHIEVEMENTS AND CHALLENGES

Fanley Bertoti da Cunha²
fanley.cunha@ifsp.edu.br

Resumo

A organização do trabalho dos catadores de materiais recicláveis em cooperativas tem se caracterizado como alternativa de superação de condições precárias de trabalho e de renda. Entretanto, apesar dos avanços persistem situações de precariedade e que precisam ser investigadas, a partir do conceito de territorialidades do trabalho. O objetivo da pesquisa foi compreender essas territorialidades do trabalho no município de Tupã. A pesquisa de abordagem quantitativa e qualitativa abordou aspectos teóricos relacionados à catação de recicláveis e também efetuou uma pesquisa empírica na Cooperativa de Recicláveis de Tupã (CORETUP). Os resultados reforçam a ideia de que a organização em cooperativa representa avanços em relação às condições de trabalho e de renda, mas ainda persistem muitas dificuldades no que se refere às condições de trabalho nestes empreendimentos. Também persistem condições que demandam a organização política dos catadores, ainda mais em tempos de avanços da agenda neoliberal e de extrema direita.

Palavras chave: trabalho, catadores de recicláveis, precarização do trabalho.

Resumen

La organización del trabajo de los recolectores de materiales reciclables en cooperativas se ha caracterizado como una alternativa para superar las precarias condiciones laborales y de ingresos. Sin embargo, a pesar de los avances, persisten situaciones de precariedad que requieren ser investigadas, a partir del concepto de territorialidad del trabajo. El objetivo de la investigación fue comprender estas territorialidades del trabajo en el municipio de Tupã. La investigación con enfoque cuantitativo y cualitativo abordó aspectos teóricos relacionados con la recolección de reciclables y también realizó una investigación empírica en la Cooperativa de Reciclaje de Tupã (CORETUP). Los resultados refuerzan la idea de que la organización

¹ O artigo é produto do projeto “Territorialidades do trabalho na catação de recicláveis na Nova Alta Paulista: trabalho decente ou precarização estrutural?” e contou com apoio financeiro do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), Edital 823/2018.

² Professor do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), Campus Tupã.

cooperativa representa avances en cuanto a las condiciones de trabajo y renta, pero aún existen muchas dificultades en cuanto a las condiciones de trabajo en estas empresas. También persisten condiciones que exigen la organización política de los recicladores, más aún en tiempos de avances de la agenda neoliberal y la extrema derecha.

Palabras clave: trabajo, recolectores de reciclables, precariedad del trabajo.

Abstract

The organization of work of recyclable material collectors in cooperativas has been characterized as an alternative for overcoming precarious working and income conditions. However, despite the advances, situations of precariousness persist and need to be investigated, based on the concept of territoriality of work. The research's objective was to understand the territorialities of work in the city of Tupã. The research with a quantitative and qualitative approach addressed theoretical aspects related to the collection of recyclables and also carried out an empirical research at the Tupã Recycling Cooperative (CORETUP). The results reinforce the idea that the cooperative organization represents advances in terms of working and income conditions, but there are still many difficulties with regard to working conditions in these enterprises. Conditions that demand the political organization of recyclable catchers also persist, even more so in times of advances in the neoliberal and extreme-right agenda.

Keywords: labor, recyclable collectors, precariousness of work.

Introdução

Segundo o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) existiam 387.910 catadores no Brasil, no ano de 2013, número que, considerando a forte presença da informalidade nas relações de trabalho na catação de recicláveis, poderia estar entre 400 a 600 mil catadores(as). Este dado de quase dez anos atrás pode ser considerado o mais próximo da realidade na conjuntura atual, de profundo desemprego estrutural que tem levado inúmeras pessoas às ocupações precárias e informais. Além disso, após mais de dez anos da publicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS (BRASIL, 2010), o número de catadores e catadoras de recicláveis organizados em cooperativas já se contabilizam em 1829 organizações próprias pelo Brasil, presentes em 986 municípios, o que demonstra um avanço no que se refere a autogestão e auto-organização dos(as) trabalhadores(as) (ANUÁRIO DA RECICLAGEM, 2020).

O estado de São Paulo é o que concentra mais catadores e catadoras de recicláveis do país, 26% segundo o Anuário da Reciclagem do ano de 2020. Percebe-se também que há destaque para o número maior destes trabalhadores(as) nos arredores da metrópole São Paulo. No interior do estado é perceptível menor número de catadores(as) e organizações coletivas destes e, na cidade de Tupã, organizados na Cooperativa de Reciclagem de Tupã (COORETUP), observamos atualmente a presença de 32 trabalhadores(as).

Partimos da compreensão de que a formação de cooperativas ou associações de catadores são territorialidades do trabalho, isto é, estas organizações foram constituídas pelos próprios trabalhadores(as) que, a partir da autogestão, procuram controlar o processo de produção e eliminar a presença dos intermediários/atravessadores, bem como superar as insalubres condições de trabalho nos lixões. Então, compreende-se que estas organizações visam atenuar a precarização estrutural do trabalho a qual estão submetidos os catadores informais e não organizados coletivamente. A hipótese levantada aponta que a relação de subordinação individual aos intermediários é a mais precária das situações de trabalho dos(as) catadores(as) e que, por esse motivo, a alternativa das cooperativas e associações autogeridas são responsáveis por melhorias nas condições de trabalho (CANTÓIA, 2012; RIBEIRO, 2012; GONÇALVES, 2006). No entanto, isso não significa que as organizações coletivas estejam isentas de impor condições de trabalho centradas na intensificação das jornadas diárias (que pode levar aos agravos à saúde), obtenção de renda insuficiente e irregularidades frente à legislação trabalhista, assunto que investigamos empiricamente.

A metodologia da pesquisa partiu de uma proposta de articulação entre o dado quantitativo e a produção da informação qualitativa, entendendo estes não como dicotômicos, mas dados e informações que possuem uma relação de limite e complementaridade. Ou seja, nossa proposta vai na contraposição à insistência de círculos acadêmicos que antagonizam a metodologia quantitativa e qualitativa (BUFREM, 2001). Entendemos que o que define os procedimentos metodológicos mais adequados para a pesquisa é justamente observar quais suas contribuições e limites frente a realidade que se pretende estudar. Portanto, com o objetivo de compreender as territorialidades do trabalho na catação de recicláveis em Tupã-SP, optou-se pelo uso combinado de fontes quantitativas e qualitativas.

Durante a investigação foram aplicados 28 questionários e 2 entrevistas semi-estruturadas. Os questionários foram tabulados e a partir deles geramos um banco de dados dos quais extraímos tabelas e gráficos. As perguntas do questionário foram direcionadas aos objetivos da pesquisa, isto é, com o intuito de compreender as condições de trabalho em uma cooperativa de catadores de recicláveis de Tupã-SP. Portanto, temas como a jornada de trabalho, salário, condições de saúde e outros foram abordados nestes questionários que foram respondidos pelos(as) trabalhadores(as). Já as entrevistas semi-estruturadas foram transcritas integralmente e a partir delas trabalhamos a contextualização histórica de formação da COORETUP, bem como aspectos que se referem às condições de trabalho na mesma.

Buscou-se observar se há melhorias ou não em estar organizado na cooperativa ou laborando de forma individual, aspectos fundamentais para compreender se o trabalho na catação de recicláveis, na escala local, melhorou as condições de trabalho e vida ou se continua mantendo-se na via histórica da precarização. Com vistas a atingir estes objetivos dividimos o artigo em duas partes: na primeira, contextualizamos a precariedade estrutural do mercado de trabalho brasileiro e como os catadores e catadoras de recicláveis buscaram construir saídas coletivas como a sua organização em movimento social, principal responsável pelas conquistas dos(as) trabalhadores(as) durante as décadas de 1990, 2000 e 2010. Foi a partir da ação organizada dos(as) trabalhadores(as) que foi possível a construção de cooperativas e associações que permitiram melhorias nas condições de trabalho e até mesmo de legislações, a exemplo da PNRS de 2010 (BRASIL, 2010). Na segunda parte do artigo, abordamos os principais resultados alcançados na pesquisa empírica junto a COORETUP, observando as melhorias nas condições de trabalho locais a partir da construção desta, bem como os desafios que ainda permanecem na cooperativa no que se refere às relações de trabalho.

Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e as territorialidades do trabalho na catação de recicláveis no contexto da precarização estrutural

O mercado de trabalho brasileiro é caracterizado por uma precariedade estrutural, pois por aqui, diferente dos países onde vigorou o *welfare state* (estado de bem estar social), a regra sempre foi a existência das atividades informais, terceirizadas, por conta própria, autônomas, isto é, descobertas de proteções trabalhistas. Nestas ocupações predominam as piores condições de trabalho como a presença dos baixos salários, jornadas extensas, a não cobertura de direitos trabalhistas etc. Destaca-se que tais características brasileiras têm a ver com seu processo histórico de formação socioespacial, no qual a imposição da colonização, escravização e, no início do século XX, a constituição de um capitalismo dependente demarcam a existência de uma precariedade estrutural nas relações de trabalho.

Entretanto, ao voltar os olhares para além do nosso país, o cenário global do capitalismo contemporâneo tem cada vez mais se caracterizado pelo que Mézáros (2007) denominou de desemprego estrutural. Ou seja, a ampliação de grandes massas das classes trabalhadoras em situação de subemprego, informalidade, portanto, fora das ocupações formalizadas e com direitos assegurados têm se tornado tendência global e não apenas uma particularidade dos países

dependentes (ANTUNES, 2011). Deste modo, a situação de desemprego estrutural tornou o que Marx denominou de exército industrial de reserva, no século XIX, como uma situação mundializada e permanente no século XXI.

No bojo destas características é que se inserem historicamente as atividades do catador de materiais recicláveis. Este segmento de trabalhadores e trabalhadoras existe no Brasil desde pelo menos o século XIX, acompanhando basicamente todo o fenômeno de urbanização do país, tratando-se de uma ocupação que é buscada quando não há alternativas (IPEA, 2013). Deste modo, os catadores não são “autônomos” ou “livres” no sentido de escolherem seus próprios destinos, mas produtos do desenvolvimento do modo de produção capitalista em país de formação socioespacial dependente no qual a falta de ocupações formalizadas e regulamentadas força-os a se inserir na catação de materiais recicláveis.

Foi muito tardiamente, somente no início do século XXI, que algumas mudanças ocorreram no sentido de melhorar as condições de trabalho na catação de recicláveis. A organização dos catadores em movimento social - o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) -, que formalmente se deu em 2001, é o elemento principal para tais avanços. Embora sua trajetória remonte a década de 1980, com iniciativas coletivas e próximas a setores da igreja progressista como a Pastoral de Rua e movimentos da população de rua, foi a partir do MNCR que o protagonismo popular e auto-organização dos catadores em cooperativas e associações alçou progresso nas condições de trabalho, retirando muitos destes trabalhadores dos lixões e ruas. Também, contribuiu para que os catadores organizados em cooperativas diminuíssem sua subordinação aos atravessadores tendo por objetivo o controle da cadeia produtiva da reciclagem.

Além disso, o MNCR foi muito ativo na conjuntura política mais favorável às classes trabalhadoras do governo Lula (2003-2011) quando, em 2010, foi instituída a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Ao incentivar a criação de cooperativas de catadores, a PNRS auxiliou na diminuição da presença dos atravessadores/intermediários no circuito produtivo e, assim, visou favorecer o aumento da renda dos catadores e sua auto-organização. Na presente pesquisa corrobora-se com a literatura que indica serem as cooperativas e associações autogeridas por catadores responsáveis por melhorias nas condições de trabalho, pois a situação na cidade de Tupã-SP evidencia empiricamente isso, ainda que permaneçam problemas e desafios (CANTÓIA, 2012; RIBEIRO, 2012; GONÇALVES, 2006).

É importante lembrar que a PNRS só garante tais condições quando esta legislação é entendida como produto de um histórico de lutas desses trabalhadores e trabalhadoras que, como

vimos, remonta a década de 1980. Assim, compreendemos os catadores como sujeitos geográficos ativos que produzem territorialidades do trabalho (associações e cooperativas autogeridas) e forçam o Estado a legislar em seu favor por conta destas lutas obtendo conquistas ainda que parciais. Ou seja, são as resistências do próprio movimento dos catadores que constroem e marcam na paisagem a presença das cooperativas autogeridas. Portanto, a construção auto-organizada das cooperativas de catadores representa uma ressignificação do espaço, construindo uma nova territorialidade do trabalho com os resíduos recicláveis em alguns lugares (GONÇALVES, 2006).

Isso significa que os trabalhadores organizados coletivamente passam a rejeitar o espaço do lixão e constroem outras relações sociais com a constituição das organizações coletivas, envolvendo aspectos que vão desde o processamento dos materiais à gestão. Nada disso, porém, significa que os territórios constituídos pela autogestão das cooperativas e associações sejam totalmente isentos da precarização do trabalho e das lógicas de subordinação e exploração. Enfatizamos, apenas, a dimensão de que é possível ao conjunto de trabalhadores tomar para si a gestão do seu trabalho e construir novas relações de sociabilidade.

Destaca-se ainda dois aspectos importantes da PNRS para o fortalecimento das cooperativas e associações: a) institui a prioridade no acesso aos recursos da União para os municípios que implantarem coleta seletiva com a participação de cooperativas e associações de catadores, formadas por pessoas físicas de baixa renda (Artigo 18º); b) reconhece a importância social e ambiental do trabalho na catação de recicláveis entendendo o resíduo sólido reutilizável como um bem social, gerador de trabalho e renda e promotor da cidadania (Artigo 6º) (BRASIL, 2010).

É no mesmo sentido que sublinhamos o programa Pró-Catador, instituído no ano de 2010, através do Decreto 7.405/2010 (BRASIL, 2010a). Suas diretrizes como: a capacitação, formação e assessoria técnica, a incubação de cooperativas e empreendimentos solidários ligados à catação, entre outras, pode contribuir significativamente para a melhoria das condições de trabalho, já que sua ideia original visava possibilitar a profissionalização dos catadores fazendo com que pudessem se capacitar e melhorar sua organização. Uma das formas previstas para alcançar tais intuitos seria a utilização das universidades federais e organizações não governamentais para a capacitação dos catadores, inclusive prevendo fontes de financiamento. Infelizmente, o governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro revogou, no ano de 2020, este importante programa (BRASIL, 2020).

Contudo, apesar da importância das conquistas alcançadas com a PNRS em relação às condições de trabalho, os catadores de material reciclável continuam vivenciando processos de

exclusão em suas trajetórias de vida, trabalho e saúde, permeadas por vulnerabilidades que conjugam a precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes sociais (BORGES; KEMP, 2008; GONÇALVES-DIAS, 2009). Nesse contexto, deve-se atentar às condições de trabalho dos catadores e à organização das cooperativas de materiais recicláveis existentes no Brasil, uma vez que nesses locais os catadores são constantemente expostos a situações de risco (PORTO et al., 2004). Gouveia (2012, p. 1507) afirma que a maior parte dos catadores ainda realiza seu trabalho “[...] em condições muito insalubres, sem equipamentos de proteção, resultando em alta probabilidade de adquirir doenças”.

Assim, embora tenha havido avanços legislativos na contemporaneidade, ainda existem muitas lacunas no trabalho real desempenhado pelos catadores(as) no Brasil e também no município de Tupã. Neste sentido, Pereira e Souza (2017) apontam que embora o arcabouço legal tenha funcionado como estímulo à formação de cooperativas, é preciso uma maior ação do poder público para efetivar a inclusão social e econômica dos catadores.

Condições de trabalho na catação de recicláveis em Tupã/SP: alguns avanços e desafios

A Cooperativa de Reciclagem de Tupã (COORETUP), foi organizada em 2001, a partir do projeto Reciclar é Legal, desenvolvido pela prefeitura municipal de Tupã-SP. A cooperativa, em sua organização inicial possuía 38 cooperados, que eram antigos catadores de lixo no aterro sanitário, situação de trabalho aviltante e, primeiramente, organizaram uma associação.

Sua história de organização demonstra como a situação de trabalho anterior à cooperativa era ainda mais precária, já que os trabalhadores estavam nas ruas ou no lixão. João³, catador da COORETUP, é quem nos apresenta a história de formação da cooperativa:

A cooperativa? Hum... Ela se iniciou antes de 2001. Porque era os catador... era no lixão aqui em Tupã. Eles catavam no lixão, igual a presidente atual que é a Dona Rita. Ela trabalhou no lixão. É uma das fundadoras daqui, uma das únicas que ainda estão aqui. O que acontece? Eles catavam no lixão. Devido aquela vida no lixão, catando como animal morto, disputando com os lixeiros que jogava em cima e não queria saber se elas estavam lá catando ou não para sobreviver, teve esse projeto do reciclar. Aí o pessoal da prefeitura juntamente com os catador da rua montou uma associação. Aí, a associação, eles ganhou um prédio da prefeitura alugado, que é alugado até hoje, para eles fazer esse serviço. E eles coletavam na rua. A prefeitura cedeu o caminhão e eles começou a catar na rua. Eles mesmo, os próprios catador. Aí, chegava a tarde e separava o material no barracão. Só que aí depois disso foi se formando. Teve a aula, passando o que

³ Para preservação da identidade dos entrevistados trabalharemos com pseudônimos.

era a reciclagem, teve uma certa ajuda da prefeitura. Depois disso, é que virou cooperativa (informação verbal).

Ao longo da primeira década do século XXI a COORETUP foi se estruturando e, em 2012, através de financiamento a fundo perdido do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), construiu um barracão para triagem e armazenamento dos materiais recicláveis. O barracão de 1700 metros quadrados está instalado numa área maior de 11 mil e possui 3 esteiras separadoras, as prensas e outros equipamentos todos adquiridos pela própria cooperativa (Figuras 1 a 4).

Figura 1 – Visão geral do barracão



Fonte: Próprio autor

Figura 2: Esteira de triagem



Fonte: COORETUP/Site

Figura 3: Prensa de material reciclável



Fonte: COORETUP/Site

Figura 4: Material reciclado prensado

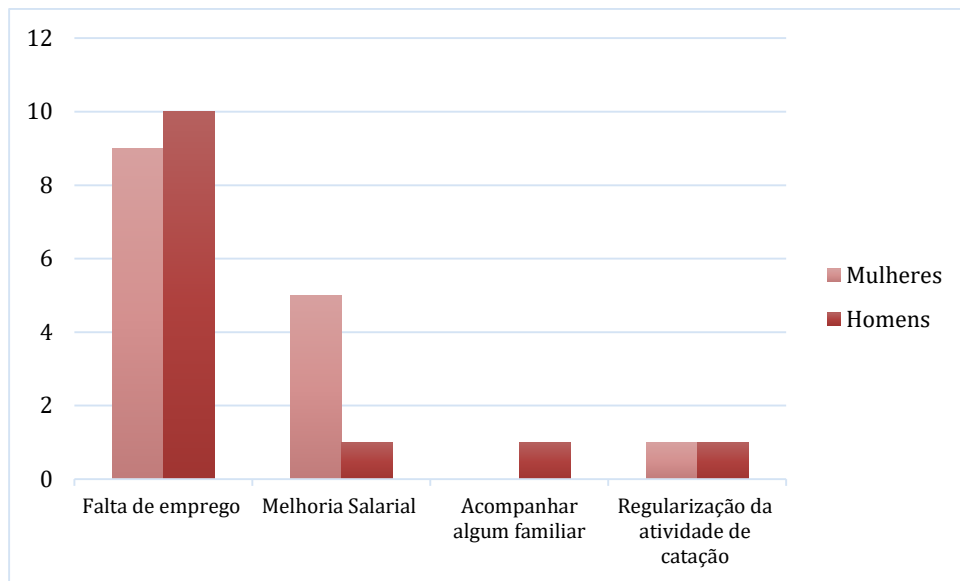
Fonte: COORETUP/Site

O primeiro aspecto a ser destacado sobre a organização da COORETUP é que esta permitiu a superação de uma situação de extrema precarização quando, durante a década de 1990, catadores se aglomeravam no lixão de Tupã. Deste modo, a formação da cooperativa deve ser entendida como uma importante territorialidade do trabalho, construída pela iniciativa dos(as) próprios catadores(as) e que contou com apoio do poder público municipal, para melhoria da situação de trabalho na qual se encontravam.

Entretanto, nas entrevistas aplicadas constatamos que ainda permanecem algumas situações de precarização do trabalho, mesmo que a organização em cooperativa possibilite aos catadores(as) um melhor posicionamento nas relações capitalistas. No caso específico da COORETUP, o fato de possuir instalações e equipamentos próprios garante melhores condições de subsistência, quando comparados a outros empreendimentos que são mais dependentes, seja na infraestrutura necessária ou na aquisição de equipamentos.

Entretanto, o cenário do desemprego estrutural e a falta de outras opções prevalece como o mais apontado pelos cooperados como forma de ingresso na COORETUP. Ou seja, o que leva os(as) trabalhadores(as) para a cooperativa são mais as condições objetivas da falta de emprego noutros setores do que uma motivação pessoal e desejo de se tornar cooperado (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Motivos para ingresso na COORETUP



Fonte: Questionários aplicados durante o trabalho de campo, 2021.

Os dados também corroboram a narrativa de João, pois a busca pelo emprego na cooperativa conta com apoio de instituições de assistência social que encaminha trabalhadores desempregados para a COORETUP:

A gente tem vários parceiros, como os CEMAS, o CRAS, o COMAS, A gente, eu e a Dona Joana, a gente faz parte, somos conselheiros do COMAS de Tupã. Então, o que acontece? Um exemplo: A pessoa vai lá no CEMAS, no CRAS pedir uma cesta básica. Tô desempregado há cinco meses, dois anos. Ah! não tem, eles indicam a cooperativa para trabalhar. Eles falam: Você quer trabalhar? A gente vai fornecer uma cesta básica pra você, a gente vai indiciar a cooperativa. A assistente social me liga e fala: João tá tendo vaga? Aí eu falo, olha vou ter que ver (informação verbal).

Deste modo, a busca por um emprego na COORETUP ainda é produto da falta de opções melhores no mercado de trabalho local e vincula-se ao cenário global do desemprego estrutural. Isso porque a própria cooperativa carece de incentivos públicos, bem como de maior valorização do trabalho desempenhado, o que a limita a oferecer empregos com patamares melhores do que a situação atual.

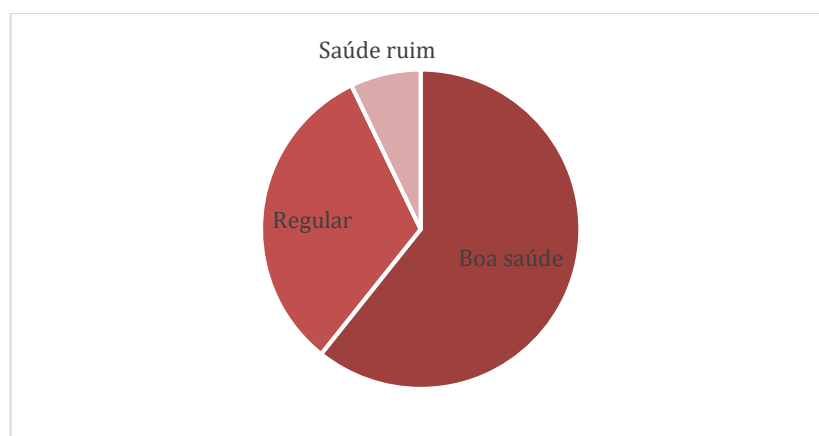
Em decorrência, constatou-se também desafios nos empregos gerados na própria cooperativa, pois nos questionários a totalidade dos(as) catadores(as) indicaram a prevalência de jornadas extensas (mais de oito horas diárias) e também de baixos salários em torno de R\$938,00 à R\$1405,50.

Sem dúvidas a prevalência de um emprego sem registro em carteira, com baixos salários e intensas jornadas de trabalho diárias são desafios fundamentais para que a COORETUP esteja na trilha da promoção de melhores condições de trabalho. Obviamente, a constatação de tal situação não pode jamais indicar que a mesma não tenha tido importância para a melhoria do contexto inicial, na década de 1990, em que os(as) trabalhadores(as) coletavam diretamente no lixão municipal.

Além disso, em relação às condições sanitárias, também há perceptível melhora dessas quando comparadas à coleta no lixão, mesmo que ainda persistam relatos relativos às questões de saúde dos(as) catadores(as). Na pesquisa, observamos a persistência de doenças que podem ser relacionadas ao processo laboral sendo os problemas musculares os mais citados. Também apareceram nos questionários os problemas de saúde mental, como ansiedade, depressão e o abuso de álcool. Os(as) catadores(as) também relataram acidentes com animais peçonhentos e a ocorrência de diarreias, que eles(as) mesmos(as), associam a contaminação devido ao manuseio dos recicláveis.

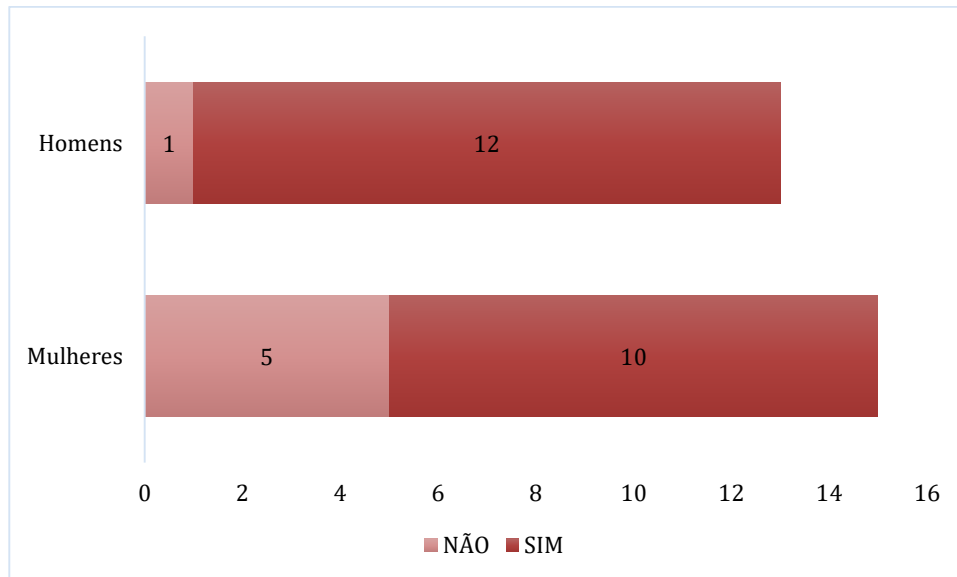
Quando foi solicitado a declaração de sua condição de saúde, do total de 28 entrevistados, 17 declararam ter uma boa saúde, 9 ter uma saúde regular e apenas 2 declararam ter uma saúde ruim. Mas, a totalidade dos(as) entrevistados(as), em outra questão, apontou problemas de saúde, pois 40% relataram que fazem uso de remédio controlado e 78% apontaram ter algum problema de saúde desde o ingresso na COORETUP. Essa negação pode estar relacionada ao fato de que as atividades de trabalho exigem um grande esforço físico e os(as) cooperados(as) demonstram omitir a situação de boa saúde devido ao receio de perder a ocupação (Gráficos 2, 3 e 4).

Gráfico 2 - Como os catadores autodeclararam sua saúde



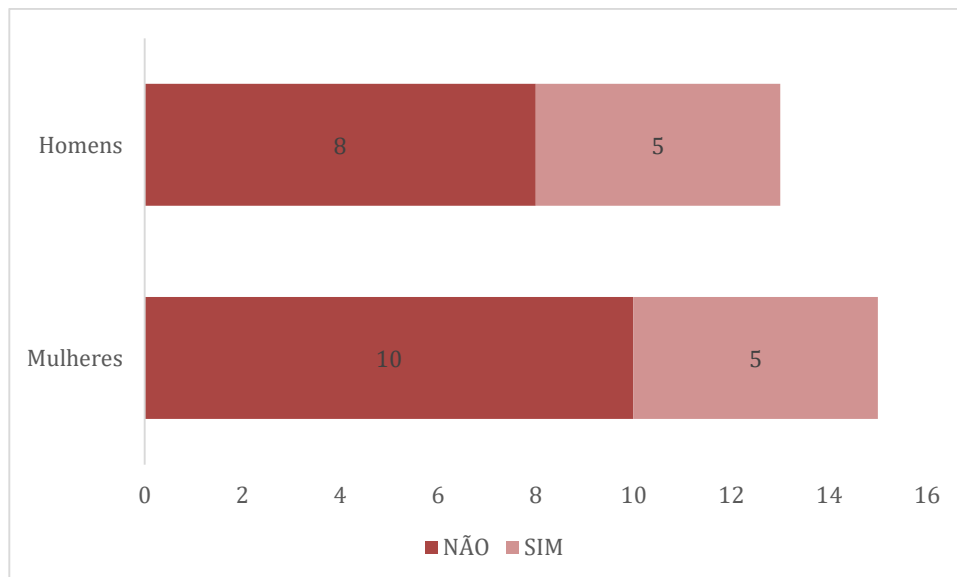
Fonte: Questionários aplicados durante o trabalho de campo, 2021.

Gráfico 3 - Tem ou teve algum problema de saúde desde que ingressou na cooperativa



Fonte: Questionários aplicados durante o trabalho de campo, 2021.

Gráfico 4 - Cooperados que fazem uso de remédio controlado



Fonte: Questionários aplicados durante o trabalho de campo, 2021.

Deste modo, constatamos nos questionários a persistência de jornadas de trabalho longas, baixos salários, contratos informais e até mesmo questões que envolvem problemas relacionados aos agravos à saúde do(a) trabalhador(a). Estes aspectos figuram como desafios a

serem enfrentados para a melhoria das condições de trabalho na COORETUP. Entretanto, a construção de uma territorialidade do trabalho na cooperativa pressupõe desafios da autogestão e auto-organização, isto é, a construção de relações que vão para além de relações patrão/empregado e esse assunto também deve ser observado quando se quer estudar as condições de trabalho em cooperativas de catadores(as).

É um princípio basilar compreender que na cooperativa todos os participantes devem estar engajados e os ganhos e prejuízos devem ser divididos igualmente. Os princípios de gestão democrática, participação econômica, intercomunicação e autonomia e independência são pressupostos fundamentais (PEREIRA, 2002). Portanto, não é apenas conseguir um emprego, mas se tornar um cooperado, assumindo responsabilidades e engajamento no processo. A ênfase na participação livre e solidária é fundamental (PICCININI, 2004).

Essa questão aponta também para a importância da cooperativa popular como um espaço de formação dos(as) trabalhadores(as). Formação no sentido amplo dado por Mészáros (2008), enquanto um processo vital de existência do ser humano, que se transforma, assim como a realidade à sua volta, tendo consciência do mundo real e da capacidade de modificá-lo conscientemente. De modo que os(as) catadores(as) vão formando uma identidade para além das questões de ser uma ocupação, mas se reconhecendo enquanto agentes socioambientais, que estão inseridos na cadeia da reciclagem.

É certo que esta inserção se dá nos moldes do sistema capitalista, mas também não podemos negar que ao se organizarem, eles melhoram suas condições de trabalho e de reconhecimento social, conseguem reivindicar direitos, e ainda se organizam politicamente. A comparação com a situação destes trabalhadores na década de 1990 em Tupã, bem como após a PNRS em 2010 permite observar tais avanços indicados.

Neste sentido, outra questão importante se refere ao fato de que além de haver a geração de renda, como as cooperativas são auto gestadas, são os(as) trabalhadores(as) que tocam o gerenciamento, comercialização, questões trabalhistas e previdenciárias, inclusive o trato com o poder público. Todo o processo é formativo e educativo para os(as) catadores(as) como protagonistas do processo de reciclagem, conforme relata João:

Aqui na cooperativa, quando a pessoa entra, na questão da formação da pessoa, a gente tem uma sala de treinamento. A gente não utiliza ele, por questões de que o prédio tá com uns problemas, então em vez de sentar ela na cadeirinha e escrever na lousa, a gente mostra na prática. No primeiro dia, ela nem vai fazer nada, vai ficar só olhando o trabalho, tipo, olha é assim, assado... Você vai pegar isso e colocar aqui e vai fazer tal coisa e colocar ali... A gente vai mostrando tudo na prática pra ela. Então ela vai aprendendo e aqui tem outra coisa...todo mundo faz todo o serviço, tipo, a gente vai trocando e fazendo o rodízio, aqui

não tem dessa: ah, eu não vou puxar papelão, tem o dia que vai chegar sua vez de puxar o papelão e tal. No outro dia, você só vai abrir tampinha PET. Ah, se a pessoa quiser, ela pode fazer um teste. Pra ver se ela aguenta né? Daí em diante, cada passo que ela vai dar é um ensinamento. Aqui todo mundo trabalho junto, é isso. Aqui não tem que ser o mais forte, tem que dar o que você pode, do jeito que você pode. Eu não quero que você trabalhe igual o outro, que você trabalhe do seu jeito. Cooperativa é isso, um ajuda o outro.

Isso significa que apesar dos desafios que ainda persistem como as longas jornadas, baixos salários e problemas relacionados à saúde, há também avanços significativos no que se refere a autogestão e auto-organização dos(as) trabalhadores(as) na cooperativa.

Vale ainda destacar mais dois assuntos observados na pesquisa no que se refere à contaminação e dificuldade da chegada dos materiais na cooperativa e a relação desta com o poder público local. A conhecida dificuldade de coleta do material reciclável, seja pela contaminação do mesmo ou pela presença de catadores(as) autônomos que, na necessidade de sobrevivência, coletam parte do material que poderia chegar até a cooperativa, foram temas frequentes nas entrevistas.

Não há dúvidas de que a contaminação dos recicláveis é parte da despreocupação produzida por um modo de produção capitalista que privilegia o consumo, sem se preocupar com as consequências deste. Esse não é um aspecto irrelevante, pois a maior capacidade de consumo gera também o descarte e a própria obsolescência programada das mercadorias que são descartadas de forma inadequada. Assim, a aparente trivialidade de tratar reciclados e orgânicos meramente como lixo é parte dessa ideologia que privilegia o consumo em detrimento do descarte adequado de materiais. Recorremos novamente a narrativa de João:

Hum, dificuldade que a cooperativa tem?! Eu acho que é a questão do lixo que vem mesmo no meio do material, que dificulta o nosso trabalho. Entendeu? Dificulta o trabalho da cooperativa. Então eu acho que essa é a única coisa que a cooperativa hoje tá tendo de problema assim, funcional. Porque a gente tem um problema assim, a gente tem problema financeiro, porque pode prejudicar a folha de pagamento do pessoal quando vem muito lixo. Atinja tudo quando vem o lixo. Então eu acho que hoje no momento é a falta do material reciclado que vai para o aterro e o lixo que vem para a cooperativa. Então o dia de reciclagem é reciclagem e o dia de lixo é lixo. Só que a prefeitura hoje faz os dois no mesmo dia. Então passa o lixo e passa a reciclagem. Ah! eu esqueci de colocar o lixo, vou colocar o lixo na reciclagem. Então um dos fundamentos que está acontecendo, é isso (informação verbal).

O relato de João nos ajuda a entender como a sociedade capitalista centrada no consumo e descarte irresponsável de materiais não é apenas um problema de ordem global, mas também local. Esse aspecto demonstra como mesmo numa sociedade tecnicamente avançada, da construção da indústria 4.0 e da chamada “internet das coisas”, ainda persistem problemas

concretos no que se refere aos resíduos gerados e descartados inadequadamente. Problema que chamou a atenção nas entrevistas que realizamos junto a COORETUP.

Outro assunto muito recorrente tratou da relação com o poder público, já que em cidades de médio e pequeno porte, as cooperativas populares necessitam manter contratos de prestação de serviço com as prefeituras. Não é raro encontrar exemplos de cooperativas que só se viabilizaram por firmarem convênios ou contratos com o poder público municipal. (FRANÇA, 2012; PEREIRA, 2014). Essa relação acaba sendo muito desigual para as cooperativas. Sobre essa relação João se expressa assim:

... a gente assim: não é que tem medo de falar, ah tá ruim... A gente não quer desfazer disso também, porque a gente está mantido hoje por causa dessas ajudas. Só que poderia melhorar? Poderia né. Poderia melhorar nossa condução, a gente tem uma condução, tem o transporte, é aquela condução né. Poderia melhorar. Tem um alimento? Tem! Só que tem condições de alimento melhor na cidade e dão para outro lugar. Pra uma escola dá um alimento e para cooperativa dá outro. Poderia ser igualado isso aí. As campanhas na prefeitura, não deveria sair só da cooperativa... (informação verbal).

É interessante observar que João usa a palavra medo, negando que haja esse sentimento, mas parece-nos que ele possui certo temor de tecer críticas à administração municipal, já que depende dela para o transporte e alimentação dos(as) cooperados(as). Também, a coleta é realizada pelo poder público, sendo o material enviado à cooperativa para a triagem e depois comercialização. A relação acaba sendo hierarquizada e a cooperativa não está numa posição de igualdade com o poder municipal.

As parcerias firmadas entre o poder público e as cooperativas permitem a transferência de recursos para as cooperativas, que prestam um serviço ambiental que seria responsabilidade, segundo as normativas existentes, do ente público. Assim, estas parcerias, contribuem para viabilizar financeira e operacionalmente as cooperativas, principalmente nos primeiros anos de funcionamento. Por outro lado, as relações nem sempre são harmônicas e também dependem da concepção do grupo político que ocupa o governo. Encontramos essas tensões na fala de João, que acrescenta:

Por isso que eu to falando, hoje a gente não tem o que falar do convênio, porque já renovou, sem a gente pedir, ele já renovou com a gente. Então hoje tá funcionando, hoje no dia de hoje, o nosso convênio tá bem, mas nem sempre foi assim. Faltam algumas coisinhas? Faltam, mas tá funcionando (informação verbal).

Uma saída fundamental para este problema é que as cooperativas de catadores(as) ganhem cada vez mais autonomia em todas as áreas, incluindo a posse dos meios de produção,

que garantem a sua independência em relação ao poder público. Dados de Gutierrez, (2011) apontam que 79% das cooperativas de catadores do Estado de São Paulo funcionavam em áreas cedidas ou emprestadas pelo poder público e apenas 3% eram donas de suas áreas. A relação de dependência faz com que os(as) catadores(as) se submetam a condições de subalternidade em relação ao ente público, criando situações de opressão, que podem ser superadas ou minimizadas, quando as cooperativas detêm seus meios de produção.

Considerações finais

É possível observar que a construção da COORETUP é uma das territorialidades do trabalho construída no bojo das lutas dos(as) catadores(as) por direitos e se insere numa conjuntura nacional, a partir da constituição do Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis (MNCR), que teve uma atuação política importante nos primeiros anos dos governos Lula. Durante os governos petistas, foram garantidos direitos, incluídos nos marcos legais, como na PNRS, que preconiza a preferência das cooperativas ou associações para celebrarem contratos com o poder público visando a coleta de materiais recicláveis. Também durante esse período houve aporte de recursos federais para a compra de imóveis e equipamentos, inclusive a fundo perdido através do BNDES. Ambas medidas, só foram possíveis pela existência de conjuntura política mais favorável e, sobretudo, por causa da atuação dos catadores via MNCR pressionando o governo federal.

Tudo isso, permitiu a superação de uma situação de extrema precarização quando, desde a década de 1990, catadores se aglomeravam nos lixões. Mas, não conseguiu eliminar o trabalho informal, as longas jornadas, baixos salários e agravos à saúde na atual forma coletiva de organização. Ao constatar tais aspectos é preciso observar que essa não é uma particularidade local da COORETUP, mas parte de uma conjuntura nacional de aumento do desemprego, da falta de políticas públicas e de reformas que retiram direitos das classes trabalhadoras. Mais do que isso, a reprodução dessas condições precárias de trabalho no bojo da COORETUP é parte de uma lógica global do capitalismo, pois o desemprego não é um elemento conjuntural, mas se tornou estrutural.

Também é preciso observar que atualmente a conjuntura política e econômica, principalmente a partir da agenda neoliberal do governo Temer, continuada pelo governo de extrema-direita de Bolsonaro, têm resultado numa série de retrocessos para os catadores e catadoras. Apenas como exemplo, o último edital da FUNASA (Edital 01/2021) para financiamento de equipamentos e veículos abarcava um valor de R\$5.600,000,00 para todo o

território nacional, o que é um valor baixíssimo quando comparado ao período dos governos Lula e Dilma.

Portanto, os resultados da pesquisa indicam que houve avanços com a organização da COORETUP na cidade de Tupã em relação às condições iniciais de trabalho no lixão. Mas, ainda persistem desafios como a superação das relações contratuais informais de trabalho, as longas jornadas, baixos salários e agravos à saúde. Outra ponderação importante, corresponde à organização dos catadores que ainda dependem de ações do poder público, o que traz problemas para sua autogestão e auto-organização, já que muitas vezes, ao mudar a gestão municipal, as políticas públicas também mudam. Essa relação de dependência das cooperativas ou associações com o poder público as fragiliza do ponto de vista político e econômico, principalmente nos municípios menores.

Por fim, enquanto movimento social, o MNCR continua na luta por melhores condições de trabalho e renda, e isso é necessário como já dito e como demonstrado pelos dados que revelam condições de precarização que ainda persistem no trabalho da catação. É preciso que os catadores estejam organizados para o enfrentamento do desmonte de políticas públicas que assegurem melhores condições de trabalho. Nos parece que em Tupã-SP esta inserção se faz ainda mais necessária.

Referências

ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Serv. Soc. Soc.**, n.107, pp.405-419, 2011.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CATADORES E CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **Anuário da reciclagem 2020**. Brasília: ANCAT, 2020.

BORGES, J. O.; KEMP, V. H. A clínica da atividade como alternativa à saúde e à segurança no trabalho informal. In: KEMP, V. H.; CRIVELLARI, H. M. T. (orgs.). **Catadores na Cena Urbana: construção de políticas socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BRASIL. Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 ago. 2010.

BRASIL. Decreto 7.405, de 23 de dezembro de 2010. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 2010a.

BRASIL. Decreto 10.473, de 24 de agosto de 2020. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 ago. 2020.

BUFREM, L. S. Complementaridade qualitativo-quantitativa na pesquisa em informação. **Transinformação**, vol.13, n.1, pp.49-55, 2001.

CANTOIA, S. F. **Coleta seletiva municipal, educação ambiental e organização de catadores de materiais recicláveis na vertente paulista da Bacia do Rio Paranapanema**. 2012. 361 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

FRANÇA, Lucas Miguel. **Cooperativas de catadores e parcerias com gestores públicos: aspectos promotores de autonomia**. 2012. 103 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

GONÇALVES, M. A. **O trabalho no lixo**. 2006. 310 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

GONÇALVES-DIAS, Sylmara Lopes Francelino. **Catadores: uma perspectiva de sua inserção no campo da indústria de reciclagem**. 2009. 298 f. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.

GOUVEIA, N. Resíduos sólidos urbanos: impactos socioambientais e perspectiva de manejo sustentável com inclusão social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.17, n. 6, p. 1503- 1510, 2012.

GUTIERREZ, Rafaela. **Empreendimentos Solidários Econômicos de Catadores: Cadeias produtivas de resíduos, processos tecnológicos e parcerias**. Dissertação (Mestrado). São Paulo: UFSCar, 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável**. Brasília: IPEA, 2013.

LUDKE. Menga. ANDRE, Marli E.D.A. **A Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2 ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

PEREIRA, Ana Carolina Lemos; SECCO, Letícia Dal Picolo Dal; CARVALHO, Ana Maria Rodrigues de. A participação das cooperativas de catadores na cadeia produtiva dos materiais recicláveis: perspectivas e desafios. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 14, n. 29, p. 171-186, abr. 2014.

PEREIRA, José Roberto et al. Organização da sociedade através das cooperativas de trabalho: abordagem dos problemas e perspectivas. Relatório final de pesquisa – FAPEMIG. Viçosa: UFV, 2002.

PEREIRA, M. D. P. SOUZA, K. S. Política nacional de resíduos sólidos (PNRS): avanços ambientais e viés social nos municípios de pequeno porte. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, v.17, n. 32, p. 189-210 2017.

PICCININI, Valmiria Carolina.. Cooperativas de trabalho de Porto Alegre e flexibilização do trabalho. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 6, n. 12, p. 68-105, 2004.

PORTO, M. F. S. et al. Lixo, trabalho e saúde: um estudo de caso com catadores em um aterro metropolitano no Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 6, p. 1503-1514, nov./dez., 2004.

RIBEIRO, Solange Queiróz. **A territorialização e a organização do Movimento dos Catadores de Material Reciclável em municípios da região Oeste do Paraná**. 2012. 197 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão.

Submetido em julho de 2021

Aceito em dezembro de 2021